

• Responder à enrolação do governo Haddad/PT com uma greve ativa e sob a direção de um comando eleito pela assembleia!

BOLETIM DA

29 de março de 2016

Corrente Proletária
na Educação

Contatos: www.pormassas.org - e-mail: por@pormassas.org

É PRECISO RETOMAR A LUTA

A campanha salarial foi encerrada no dia 9 de março, data da última assembleia do SINPEEM. A diretoria do sindicato, numa clara manobra, defendeu o eufemismo “da não rejeição” (aceitação) da proposta rebaixada feita pelo governo Haddad. Além de jogar com a confusão no momento do informe, não permitiu defesa contrária no microfone. Ao fazer isso, induziu os trabalhadores a acatarem as migalhas oferecidas e encerrou a campanha salarial.

Concretamente, para 2016, temos um reajuste de 3,74% em maio e 5,39% em novembro. Somente isso. Fruto da luta de 2014. Os 7% oferecidos pelo governo são gratificações que não se estendem à maioria da classe e serão incorporados em duas parcelas: a primeira em 2017 e a segunda em 2018.

Ou seja, nenhum dos índices chega perto de cobrir a inflação galopante de mais de 11%. O arrocho salarial do funcionalismo municipal, bem como dos trabalhadores em geral, é uma realidade. Os salários já não dão conta de suprir as necessidades vitais.

A conquista da hora atividade para os professores dos CEIs foi importante, porém o problema da privatização continua. O governo não abre mão de manter e aumentar os convênios. A situação da Educação Infantil é muito grave. Os profissionais dos CEIs conveniados não têm os mesmos direitos dos que trabalham em CEIs diretos. Os salários são menores, as condições de trabalho são piores, no entanto, a função é a mesma. A terceirização que ocorre na educação infantil a passos largos demonstra uma política voltada para o grande capital.

Como se vê, as conquistas propagandeadas pela burocracia sindical são pífiás. A crise econômica que assola o país é responsável por essas mazelas. Numa crise, os primeiros ataques são ao emprego, ao salário e aos direitos conquistados. A burguesia não pode arcar com os problemas e joga-os nos ombros dos trabalhadores.

Por isso, para barrar os ataques, é necessário que se retome a luta. Somente com a classe nas ruas, enfrentando os governos, será possível as arrancar conquistas. E o método correto para isso é o da ação direta.

A Corrente Proletária na Educação votou pela continuidade da greve na última assembleia. Considera um erro mais uma capitulação da diretoria do SINPEEM, encabeçada pelo caudilho Cláudio Fonseca.

PLP 257/16: UM ATAQUE VIOLENTO AO FUNCIONALISMO

O PLP nº 257 de 2016 é um projeto de lei do executivo que foi enviado ao Congresso no dia 22 de março para ser votado. Tem como objetivo refinar a dívida dos estados e do distrito federal. Para que isso ocorra será necessário alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal a fim de cortar mais gastos. Significa, literalmente, a retirada de direitos do funcionalismo (federal, estadual e municipal).

Pelo projeto, durante os próximos vinte e quatro meses, os estados e o distrito federal poderão arrochar ainda mais os salários, aumentar a contribuição previdenciária e condicionar as aposentadorias à previdência privada. Por outro lado, elimina a possibilidade de novos concursos e outras formas de contratação de funcionários. As garantias da carreira também estão ameaçadas. Dá margem e justifica a necessidade da privatização dos serviços, já que considera os gastos com o setor público algo penoso para o país.

Na realidade, é um profundo ataque a direitos e conquistas do funcionalismo público. É a responsabilização dos trabalhadores pelo endividamento dos estados.

Diante disso, não há outra forma de conter esse ataque, senão a luta. O sindicato deve chamar uma nova assembleia para a primeira quinzena de maio com a finalidade de discutir e aprovar um plano de lutas contra o PLP 257/16.

LIÇÃO A SER SEGUIDA: GREVE NO RIO DE JANEIRO

Os trabalhadores da educação do estado do Rio de Janeiro estão em greve há quase dois meses. Lutam contra o parcelamento dos salários e benefícios, o arrocho salarial, o projeto de lei de reforma da previdência enviado à Alerj pelo governador e a enorme precarização das condições de ensino e trabalho. Os estudantes assimilaram a experiência das ocupações em São Paulo e já ocuparam 70 escolas. Os estudantes reivindicam melhores condições de estudo e grêmios independentes, democráticos e combativos. Professores, funcionários, aposentados e estudantes erguem a bandeira da escola pública, contrariando a política dos governantes de destruição do ensino gratuito.

A vitória da greve dependerá da unificação com outros setores do funcionalismo. Dependerá do avanço de greves na educação em outros estados. Dependerá da radicalização do movimento, com a ampliação de ocupações de escolas, bloqueios de avenidas e de manifestações gigantescas. O isolamento do movimento e a sua judicialização levam à derrota da portentosa greve.

ONDE ESTÁ A CNTE?

Novamente, as greves vêm ocorrendo de forma isolada. Os professores e funcionários de vários estados e municípios mostram disposição de luta. Basta que olhemos a greve no Rio de Janeiro (quase dois meses), no Piauí (ficaram paralisados por 34 dias), em Rondônia (permaneceram por um mês), Paraíba (mais de uma semana) e as greves que se iniciaram nessa segunda-feira (25/4) em Sergipe e Ceará. Outros estados também realizam paralisações por tempo determinado.

A CNTE é incapaz de unificar os movimentos grevistas, potenciando uma verdadeira greve nacional da educação. É uma Confederação que serve apenas de aparato aos burocratas sindicais. Sem uma direção nacional, combativa e classista, os movimentos grevistas, que surgem nos estados e municípios, não ganham projeção nacional, embora estejam sob as mesmas reivindicações: reposição salarial, defesa dos direitos e melhorias nas condições de ensino e trabalho. Essa é uma tarefa fundamental para o avanço da luta dos trabalhadores da educação: construir uma direção nacional independente diante do governo e de luta de classe.

PPS, PARTIDO DE CLÁUDIO FONSECA, VOTOU A FAVOR DO GOLPE

No domingo, dia 17 de abril, a Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade do impeachment de Dilma Roussef. Formalmente, o processo prossegue. Politicamente, está encerrado. Foi consumado o golpe institucional que colocará o poder nas mãos da direita oposicionista. A crise econômica determinou e determina o conteúdo do golpe: o PT não serve mais à burguesia como espinha dorsal do governo. Deve dar lugar a um partido orgânico da classe dominante, capaz de ir à fundo nas reformas antipopulares e antinacionais que Dilma não conseguiu aprovar. E o PPS de Cláudio Fonseca esteve de corpo e alma no campo do golpismo reacionário. Seus oito deputados votaram pelo “sim”.

A Corrente Proletária na Educação - POR denuncia o presidente do SINPEEM. A posição do POR foi de rechaço ao golpe, sem que isso significasse apoiar o governo burguês do PT. Defendeu uma saída de independência de classe, se colocando pelo combate massivo e unitário em favor das reivindicações dos explorados, com o método da ação direta. Ainda que tenha sido aprovado o impeachment, seguirá defendendo o mesmo caminho. A luta pelas necessidades mais sentidas deve se ligar à bandeira de um governo operário e camponês, via por onde as massas poderão resolver a tarefa histórica de superação do capitalismo atrasado brasileiro.